

## ESCOLA NOS ERVAIS

Apontamentos para uma leitura sobre a escolarização da infância na fronteira Brasil-Paraguai (1923-1931)<sup>1</sup>.

**Maria do Carmo Brazil**<sup>2</sup>  
mc.2708@hotmail.com

**Marcio Bogaz Trevizan**<sup>3</sup>

trevizan.scientia@hotmail.com

### Resumo:

O advento da República brasileira (1889) exigiu a invenção de um ambicioso programa de escolarização voltado para instrução pública, cuja estrutura de ensino orientava-se pelos princípios do positivismo, nacionalismo, liberalismo e laicismo. Com esse pressuposto enveredamos pelo campo da história das instituições escolares (HIE), tomando os ervais de Mato Grosso como cenário e o Grupo Escolar Mendes Gonçalves (GEMG) em Ponta Porã (MS), como objeto central de análise. A referida instituição foi erigida na fronteira Brasil-Paraguai durante o governo de Mário Correa da Costa, Presidente do Estado de Mato Grosso (1926-1930), através do Decreto 759, de 22 de abril de 1927, com o nome de ‘Mendes Gonçalves’ em homenagem ao Comendador Francisco Mendes Gonçalves, Presidente da Empresa privada Matte Laranjeira (sic), doadora do terreno. A política de implantação da instituição na região constitui-se como a principal categoria de análises eleita para visualizar e explicar o cenário regional, a cidade fronteiriça de Ponta Porã nos primórdios da República, o espaço físico do grupo e os atores envolvidos no processo. A heurística pautou-se nas análises dos dados empíricos coletados como documentos oficiais como atas do governo do Estado, jornais da época e relatórios oriundos da Diretoria Geral da Instrução Pública de Mato Grosso. Recorremos também aos materiais reunidos no arquivo da escola e nos acervos privados fornecidos pela população de Ponta Porã. A partir da categoria de análise já referida, consideramos as relações reflexivas entre o particular – o Grupo e a cidade de Ponta Porã (MS) – e o geral, o cenário institucional, histórico e social do país, durante a Primeira República. Em síntese, pôde-se observar que o surgimento do GEMG na década de 1920 foi de inegável importância social na medida em que trouxe para o “sertão” sul mato-grossense, o ideário republicano, ainda que sob a tutela da empresa privada Laranjeira Mendes & Cia.

**Palavras-chave:** Mato Grosso, Grupo Escolar Mendes Gonçalves, Mate Laranjeira.

<sup>1</sup> Este artigo é fruto do trabalho de investigação empreendido no período de 2009-2011 junto à linha de pesquisa “História da educação, memória e sociedade”, vinculada ao Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

<sup>2</sup> Docente Titular em História do Brasil Universidade Federal da Grande Dourados (FAED/UFGD). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (Linha de Pesquisa: História da educação, memória e sociedade) e do Programa de Pós-Graduação em História (Linha de Pesquisa: Movimentos Sociais e Instituições) da UFGD. Doutora em História Social pela FFLCH/USP.

<sup>3</sup> Doutorando em Educação do Programa de Pós Graduação em Educação, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Ligado à Linha de Pesquisa: Escola, Cultura e Disciplinas Escolares. Mestre em

## Introdução

A política de implantação de Grupos Escolares no sul de Mato Grosso e sua dinâmica cotidiana de funcionamento constituem-se nas duas categorias de análises eleitas para visualizar o cenário regional, a cidade fronteiriça de Ponta Porã nos albores da República, o espaço físico do Grupo Escolar Mendes Gonçalves (GEMG), os atores sociais e a cultura material no contexto do surgimento dos Grupos Escolares no Brasil.

A pesquisadora Rosa Fátima de Souza (1998) realizou análises sobre a organização da escola primária no estado de São Paulo a partir projeto educacional republicano. Nessa mesma linha temática a pesquisadora Diana Vidal teceu considerações sobre a florescência dos Grupos Escolares nos mais distintos recantos do país, durante as duas primeiras décadas do século 20:

[...] partindo das terras paulistas, em 1893 (criação) e 1894 (implantação), o modelo apareceu no Rio de Janeiro em 1897, no Paraná, em 1903, em Minas Gerais, em 1906; Rio Grande do Norte e Espírito Santo, em 1908, no Mato Grosso, em 1910; e em Santa Catarina, em 1903; em Minas e em Santa Catarina e na Paraíba, em 1911, para citar alguns exemplos. Sua influência foi particularmente marcante até os anos de 1920, quando o eixo da política educacional deslocou-se para a sede do governo republicano (VIDAL, 2005, p. 4).

Os estudos sobre o modelo de escola trazido no início da república nos permitiu vislumbrar a necessidade de se conhecer o processo implantação das novas instituições escolares nas áreas internas do Brasil. Nasceu daí a ambição de oferecer historicidade a uma delas, e lançar esforços nessa direção, considerando a trajetória de implantação, a cultura escolar, e suas principais projeções.

Seguindo as trilhas abertas por Vidal (2005) e por Souza (1998) nos propusemos a pensar as singularidades da escola mato-grossense, tomando o Grupo Escolar Mendes Gonçalves (GEMG) como objeto de análise. Com essa preocupação e já impregnados pela tarefa de exploração e de aventura adentramos no universo do velho “Mendes Gonçalves”, espaço que passamos a entender, como agente propagador da ação republicana através da corporificação de símbolos, valores e da pedagogia moral e cívica.

O arco temporal de abordagem – 1923-1927- relaciona-se às mudanças no cenário educacional brasileiro desde o advento do regime republicano. As duas primeiras décadas do século 20 foram marcadas pela consolidação do poder das oligarquias agrárias – grupo político hegemônico desde o século 19 – e pelas investidas liberais em favor da educação pública, vista como veículo propagador dos princípios republicanos e como instrumento necessário à construção da nação. A esse respeito Souza (1998, p. 15) lembra que os republicanos “[...] mitificaram o poder da educação a tal ponto que depositaram nela não apenas a esperança de consolidação do novo regime, mas a regeneração da nação”.

Considerando esse cenário, elegemos o ano de 1923 como início da abordagem, porque marca as iniciativas de construção das instalações do Grupo Escolar Mendes Gonçalves (GEMG). A partir daí o intento foi discutir as vicissitudes da vida social e material (instalações, material didático, administração, professores, alunos) do Grupo Escolar Mendes Gonçalves (GEMG), ocorridas entre os anos de 1924 e 1926. O recorte temporal culmina com o ano de 1927 quando ocorreu a inauguração do Grupo.

Ancorados nos estudos de Virgílio Correa Filho, reunidos nos livros “À sombra dos herveiros Mattogrossenses” (1925) e “Ervais do Brasil e ervateiros” (1957), investigamos a gênese da Empresa Mate Laranjeira e sua influência no sul Estado de Mato Grosso. A obra de Correa Filho é de inegável importância na medida em que ajuda a compreender parte da construção identitária regional, no contexto da Primeira República. Essa identidade foi erigida a partir dos valores da elite regional, calcados na defesa da fronteira oeste brasileira, desde o período colonial e na valorização do papel de Mato Grosso na história brasileira.

Em relevante estudo dedicado à erva-mate, o pesquisador Omar Daniel (2009, p. 23-24), ressalta que na década de 1920 o Brasil era considerado o maior exportador do referido produto para a Argentina. À época já estava consolidada a expansão e o fortalecimento da Companhia Mate Laranjeira, a ponto de tornar-se a maior detentora de extração no sul de Mato Grosso, “responsável pela fundação de cidades, vilas e até escolas”. Mas, conforme o referido pesquisador, esta atividade, se fez à custa da

superexploração da mão de obra disponível na região, envolvendo homens, mulheres e crianças.

Algumas indagações nortearam nossa investigação em torno do surgimento e funcionamento do GEMG dentre as quais podemos elencar: Que transformações educacionais ocorridas no modelo republicano estiveram vigentes na referida instituição escolar? Quem eram seus artífices? Quem eram os atores sociais que estiveram envolvidos nesse cenário escolar? Que interesses educacionais a Mate Laranjeira tinha para promover a construção de uma escola no centro de produção de erva mate, em Ponta Porã?

Entre as proposições para nossas indagações destaca-se o fato de que os mais remotos recantos do país, inclusive as localidades de fronteira, foram alcançados pelo modelo de escola republicana, alterando o perfil da escola local, os programas de ensino a despeito de suas particularidades regionais.

As preocupações com as práticas culturais, enquanto peças constitutivas da sociedade nos conduziram às reflexões de Thompson (1987) e Hobsbawm e RANGER (1997). Estes autores nos ajudaram a discutir o conceito de cultura material, classe social e sociedade.

Até o final da década de 1970, as abordagens e os métodos utilizados nos diversos campos do conhecimento trilhavam por caminhos tradicionais no que concerne à escrita da história, lançando luz apenas nos temas nacionais, apesar das contradições verificadas em níveis regionais. Como contraponto a essa tendência buscamos caminhos inovadoras e mais recentes de abordagens acerca da história das instituições escolares, com destaque para as análises de Bencostta (2002); Camargo (2000); Faria Filho (2004); Jacomelli (1998);; Nosella e Buffa (200r); Souza (1998), Vidal (2006), entre outras.

Do ponto de vista da historiografia regional, mais especificamente sobre o Grupo Escolar Mendes Gonçalves, foi significativa a contribuição de Carla Villamaina Centeno através da tese “Educação e Fronteira com o Paraguai na historiografia mato-grossense (1870-1950)”, defendida em 2009, na qual a autora ao centrar análises sobre

as escolas criadas na região da fronteira Brasil-Paraguai tangenciou estudos acerca do GEMG. Encontramos referências ao GEMG no artigo “Política educacional mato-grossense: o processo de implantação dos grupos escolares em municípios do Sul do Estado (1910 -1930)”, escrito pela pesquisadora Regina Tereza Cestari (2009),

A heurística pautou-se nas análises dos dados empíricos coletados disponíveis nos acervos regionais e locais, envolvendo documentos oficiais primários, arquivais ou editados, como relatórios oficiais, atas do governo do Estado, jornais da época e Relatórios da Diretoria Geral da Instrução Pública de Mato Grosso.

Seguindo as observações de Diana Vidal (2005), registradas na obra ‘Culturas Escolares’, o exame dos documentos arrolados pôde revelar parte do passado da instituição, caracterizar a criança que frequentava essa escola, o perfil docente e a relação urbana desses atores sociais com a escola.

## **O CENÁRIO**

O centro-sul brasileiro caracterizou-se historicamente como a região de ervais. No sul do antigo Mato Grosso, a erva-mate era encontrada de forma densa, nos vales do rio Ivinhema, Brilhante e Dourados, revestindo também toda a região da bacia do Amambai e as elevações da serra de Maracaju. No sul do Brasil os ervais ocuparam tanto as serras, como as vertentes dos rios, as encostas, planícies e campos, conforme evidenciou o geógrafo José Veríssimo da Costa Pereira (1970): “[a erva mate] espontam constituindo a vegetação média... a partir da encosta da Serra do Mar até a descida para o leito do Paraná abarcando, assim, todo o interior do estado...” (PEREIRA, 1970, p. 388).

Conhecida como “ouro verde”, a erva-mate representou grande parte da economia brasileira, aspecto que ensejou o surgimento de inúmeras empresas privadas de extração, como foi o caso da Companhia Mate Laranjeira, que atuou fortemente no sul do Estado de Mato Grosso.

Esse empreendimento de capital privado da Mate Laranjeira permaneceu inabalável até a década de 1940 quando Getúlio Vargas, então presidente da República brasileira, desenvolveu a política de interiorização do Brasil, criando, entre outras

metas, a Colônia Agrícola de Dourados, visando o fomento de um núcleo populacional para povoar a área de fronteira entre Brasil e Paraguai e minar a empresa Mate Laranjeira, detentora do monopólio do extrativismo de erva-mate na região desde meados de 1880. Vale ressaltar que o escoamento se dava de Ponta Porã para Porto Murtinho e segundo Tomazinho (1981) foi a partir de então, que os ervais, localizados no planalto de Amambaí “passaram então a ser ligados a esse Porto [Murtinho] por um sistema regular de carretas que, percorrendo mais de 300 km de estradas [...] escoavam a produção” (TOMAZINHO, 1981, p. 34).

Diante desse quadro, os administradores da Companhia Mate Laranjeira, buscaram outra via para o escoamento da produção e passaram a utilizar os canais de navegação dos cursos d'água que desaguavam no rio Paraná, como rio Amambaí, Iguatemi, Dourados, Brilhante e Ivinhema. Além disso, passaram a cortar por terra o trecho entre Guaíra e Porto Mendes, região na qual o rio Paraná não oferecia condições de navegação em virtude das Sete Quedas, promovendo rapidez e eficiência de transporte.

### **A LIDA E A INSTRUÇÃO NOS ERVAIS**

No processo produtivo, as relações de trabalho entre os patrões e os chamados *mineros* eram as piores possíveis. Grande parte da literatura consultada sobre a lida nos ervais indica a utilização dos nativos como mão de obra barata, submetidos a condições extremas de espoliação.

Para fazer funcionar o processo produtivo da extração da erva-mate, a Empresa recrutava também a mão de obra barata no Paraguai, chegando “ a mobilizar milhares de trabalhadores, dentre os quais a maioria era constituída pelos ... indígenas e principalmente paraguaios” (QUEIROZ, 2008, p. 4). A esse respeito, Ferreira (2007) infere que estes trabalhadores eram vistos pelos empreendedores do mate, como “[...] um recurso disponível para ser explorados” (FERREIRA, 2007, p. 56):

Sob a ótica dos prepostos da Cia Matte parece que era considerado legítimo apropriar-se da mão-de-obra indígena, da mesma maneira que apropriavam de seus ervais nativos. Os índios eram, também, nativos e parece que foram percebidos como parte da natureza e não como homens portadores de cultura diferenciada. Incorporá-los ao trabalho da erva poderia até ser percebido

como uma contribuição para encaminhá-los no processo civilizador, forçando-os a se incluírem numa atividade econômica (FERREIRA, 2007, p. 56).

A escola, portanto era algo impensável para o segmento subalternizado e a criança nessa condição logo se via envolvida com tarefas vinculadas à vida nos ervais, pois o trabalho era o domínio privilegiado para subjugar-la eficazmente. Era corrente nos ervais a prática de castigo corporal aplicado aos trabalhadores subalternizados, contudo isso não significa que estes segmentos tivessem sido passivos diante da exploração. Centeno (2007), ao comentar os relatos memorialísticos de Hélio Serejo (1946), destaca alguns instrumentos de tortura, tais como o tronco, o *Mborerí-piré*, ou *Teyú-rugway* definido como um “terrível chicote feito, em largas tiras, com couro de anta...” Entretanto o próprio *Teyú-rugway* era, não raro, era um recurso material utilizado pelas vítimas como “poderosa arma para vingança e castigo nos ervais” (SEREJO, 1946, p.22), Serejo menciona que o “corpo do peão surrado por ele [*Mborerí-piré*, ou *Teyú-Rugway*] externamente, não deixa qualquer espécie de marca ou sinal, porém, internamente, feria gravemente e arrebatava órgãos” (SEREJO, 1946 p. 22).

### A CIDADE EM CENA

Ponta Porã, cidade do sul do antigo Mato Grosso, tem suas origens remotas marcadas pela presença do nativo, especialmente do caiuá e do guarani. Está situada na Serra de Amambaí, continuidade da Serra de Maracaju, a 634 metros acima do nível do mar. Os escritos de José Manoel Richard Quintas (2006) dão conta de que após a Guerra do Paraguai “[...] algumas pessoas [...] ficaram na região e transferiram-se depois para as margens da Laguna Punta Porã. [...] Dessa forma, Punta Porã foi o nome dado ao pequeno povoado situado às margens da lagoa de mesmo nome no Paraguai” (QUINTAS, 2006, p. 14).

Os relatos de origem do povoado, mesmo que distintos na forma de apresentar os fatos, coincidem na sua maioria, quanto aos dados históricos de como o povoado se estabeleceu. Essa construção desajeitada da história do lugar, que não se firma em provas sólidas, encontra eco nas reflexões de Hobsbawm e Ranger (1997, p.10) quando ao discorrer sobre a “invenção das tradições” mencionam que a construção de um

passado histórico é permeada por uma artificialidade. “Na medida em que há referência a um passado histórico, as tradições ‘inventadas’ .... são reações a situações novas ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória”.

Segundo Antônio Callado (1997), Hobsbawm e Ranger (1997) mostram a vulnerabilidade do conceito de “tradição”, cuja base se prende ao nacionalismo, e apontam a antiga ideia de “superioridade” dos povos como algo inventado. Os dois historiadores ingleses contribuem para a explicação do significado de tradição inventada, traduzida no fragmento a seguir: “O termo ‘tradição inventada’ é utilizado num sentido amplo, mas nunca indefinido. Inclui tanto as “tradições” relativamente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram... num período limitado e determinado de tempo.” (Hobsbawm e Ranger, 1997, p.9). Ancorados nessas reflexões, entendemos que os mitos fundadores de Ponta Porã nasceram da necessidade de se atribuir à região um passado que pudesse ser contado e conservado por meio das gerações.

No ano de 1900, por meio da Resolução n. 255 de 10 de abril, o Governo do Estado de Mato Grosso, Antônio Pedro Alves de Barros, criou a Paróquia de Ponta Porã e nomeou o cidadão João Antônio da Trindade, como Juiz de paz da referida localidade. Ponta Porã foi elevada a categoria de Vila em 18 de julho de 1912, por meio da Resolução n. 617 e a Município em 25 de março de 1913.

Quintas (2006) argumenta que no final do século 19, com o aumento da população na região, houve necessidade das autoridades se “instalarem do lado brasileiro. Embora já houvesse diversos casebres como nas proximidades de Porteira Ortiz, a região das três figueiras foi o local escolhido para ser o centro administrativo, policial e fiscal do povoado brasileiro” (QUINTAS, 2006, p. 14).

O memorialista João Portela Freire, assim, relata o início do povoado de Ponta Porã e como os demarcadores estabeleceram os limites da fronteira Brasil-Paraguai, a partir das veredas percorridas pelas “carretas ervateiras”:

Os demarcadores (1872/1974) encontrando esse nada, essa passagem e ou ‘paraje’ de Carretas Ervateiras [...] é que deliberaram desbravar e abrir uma

passagem melhor e mais ampla que permitiu o trânsito ente Punta Porã e Concepción através da Cordilheira, unido Punta Porã ao Chiringuelo. E, então a surgir um trânsito maior, uns pontos de apoio e começa a surgir u m casario, estava nascendo Punta Porã, nas bordas da laguna, em terras paraguaias. Final do Século XVIII, mil oitocentos e qualquer coisa (FREIRE, 1999, p. 103, Citado por ROSA, 2004, p.88).

Para Freire (1999), o nome surgiu graças à intensificação do transporte de ervamate realizado num caminho que ligava o lugar Ponta Porã a Conceção, permitindo alcançar Chiringuelo (Paraguai). Assim, de simples lugar de passagem, na parte mais alta da Cordilheira do Amambay, onde vicejava uma pequena mata, emergiu o povoado de Ponta Porã (FREIRE, 1999, p. 116).

Na *Resenha Histórica de Mato Grosso*, Pedro Ângelo Rosa faz o seguinte esclarecimento a respeito da toponímia da cidade: “[...] Pela altitude do lugar, [...] e ausência de acidentes geográficos que sirvam de anteparo, as brisas suaves do verão sopram constantemente, amenizando-lhe o clima” (ROSA, 2004, p. 11).

Rosa (2004) ressalta que em virtude do aspecto topográfico e climático, surgiu o nome *Punta Porã*, de origem espanhol-guarani, que significa literalmente *Ponta Bonita* e com o passar do tempo evoluiu para Ponta Porã. O povoamento ocorreu a partir da periferia de um vasto brejo, o qual “[...] ia findar na orla de espessa mata virgem, situada aos fundos. Ao norte, delimitava essa zona a cabeceira do córrego S. João e ao sul a do córrego Estevão” (ROSA, 2004, p. 27).

Segundo a pesquisadora Eva Maria Luiz Ferreira (2007), após a demarcação das fronteiras em 1874, as autoridades brasileiras visando proteger as novas terras oriundas do Paraguai, adotaram “como medida urgente radicar aí homens “brancos” e estabelecer postos militares, para impedir a entrada de estrangeiros. Dessa forma, o pós-guerra assistiu a um incremento na vinda, para o Sul de Mato Grosso, de inúmeros migrantes [...]” (FERREIRA, 2007, p. 28). A povoação recebeu maior impulso a partir de 1895 com a chegada de diversas famílias oriundas do Rio Grande do Sul. Estas fugiam dos conflitos armados deflagrados naquele Estado decorrente da proclamação da República, em 1889.

Conforme explicações de Torrecilha (2004), o povoado de Ponta Porã por volta de 1895, surgiu com alternativa para facilitar o escoamento da produção de erva-mate, antes realizada “[...] por meio do Porto de Concepcion, às margens do rio Paraguai, no lado Paraguai” (TORRECILHA, 2004, p. 63).

### **LARANJEIRA MENDES & CIA (1903-1929)**

Nos primeiros anos de atuação da Mate Laranjeira, Thomás Laranjeira empreendeu uma política de diálogo, mantendo boas relações com os pequenos produtores. Seu propósito era fazer com que toda essa produção convergisse para suas mãos, para então exportar o produto a preços melhores ao mercado internacional. De outro modo a ação de Thomás Laranjeira atuou como um aglutinador dos pequenos produtores, de forma a mantê-los atrelados ao seu domínio.

Após a consolidação da Companhia Mate Laranjeira, momento em que o empreendimento de Thomás Laranjeira adquiriu um caráter Empresarial, houve uma radicalização das relações com os migrantes que se tornaram pequenos proprietários, conforme observações de Queiroz (2008, p. 16). “[...] ao antigo interesse no monopólio comercial se equiparava em importância, agora, o interesse também no monopólio da produção, de modo a maximizar o retorno dos investimentos realizados.” Neste período abstraía-se a figura de Thomas Laranjeira e entrava em ação o corporativismo empresarial que desejava obter lucro a qualquer custo.

No ano de 1903 ocorreu a fusão entre os bens da Companhia Mate Laranjeira e a Empresa argentina Francisco Mendes & Cia, formando a sociedade “Laranjeira Mendes & Cia”, dona dos bens no Brasil, Paraguai e Argentina com sede na cidade de Buenos Aires. Conforme Queiroz (2008), a Empresa permaneceria com a sede na Argentina até a sua dissolução em 1929.

Durante anos a Empresa empreendeu ferrenha luta para garantir seus monopólios em áreas brasileiras estabelecendo sobre elas sua total jurisdição, inclusive com força polícia própria para afastar os “intrusos”, vistos como aqueles que insistiam em permanecer nos ervais sem sua permissão. Segundo Tomazinho (1981, p. 32), os “intrusos” eram os pequenos proprietários já estabelecidos na região, que extraíam em

pequena escala a erva-mate; também eram os migrantes que continuavam a vir para a região de domínio da Empresa na busca de fazer fortuna com a erva-mate.

Queiroz (2009) lembra que, além do monopólio comercial, a Laranjeira Mendes & Cia reivindicava o monopólio produtivo, não admitindo concorrência. Entenda-se aqui, que a referida Empresa, não admitia sequer a existência de pequenos produtores de erva, dentro das terras que julgava ser sua. Isso explica a restrição do governo do Estado de Mato Grosso ao negar a petição de arrendamento proposta pela Companhia. O Governo considerava desvantajosas suas pretensões em relação aos interesses do Estado. Segundo a comissão de Indústria da Assembleia de Mato Grosso, as taxas de arrendamento propostas pela Empresa eram muito baixas e o preço que a Laranjeira Mendes & Cia ofereceu as terras ervateiras, que ela mesma pretendia escolher e comprar no Sul do Estado, era inferior ao preço legal.

### **PORFIAS POLÍTICAS**

O principal opositor aos interesses da referida Empresa, era o Coronel Pedro Celestino da Costa, que em virtude do seu poder de mando, liderava um grupo de deputados que exerceu pressão sobre a Assembleia Legislativa do Estado, obstruindo a aprovação das reformas propostas pela Empresa.

Para Queiroz (2009), uma “importante parcela das elites políticas mato-grossenses, representada por Generoso Ponce e família, antes aliada dos Murtinho, rompeu com estes em 1899 e tornou-se... forte adversária dos privilégios concedidos a CML [Companhia Mate Laranjeira] e as suas sucessoras” (QUEIROZ, 2009, p. 13).

A oposição liderada pelos Ponce foi motivada por razões políticas, e a oposição a Empresa Laranjeira Mendes & Cia tornou-se um instrumento de luta pelo poder, que ganhou força a partir das levas migratórias para a cidade de Ponta Porã. A oposição, buscando esfacelar o monopólio da referida instituição, fomentou o apoio aos pequenos produtores de ervas, consolidando uma resistência contra “a gigante” do mate.

A análise dessa questão pelo referencial de Thompson (1981) nos permite afirmar que o movimento deliberado por Pedro Celestino e o grupo de deputados que minaram os interesses da Empresa, agiram “[...] sobre e contra as outras ‘vontades’

agrupadas... como classes... uma colisão de interesses e forças de classes contraditórias” (THOMPSON, 1981, p. 101).

Em Mensagem dirigida a Assembleia Legislativa no ano de 1915 o desembargador Joaquim da Costa Marques, Secretário de Estado do Interior, Justiça e Fazenda e representante do presidente do Estado de Mato Grosso registrava seu desejo de restringir as ações da Empresa na região;

Como sabeis, o projecto de novo arrendamento, após todas as dificuldades inesperadamente oppostas á sua passagem por uma opposição partidária, que então se formou nesta Assembléa e por fora chefiada pelo Coronel Pedro Celestino, ficou sem andamento por haver a Empresa recusado aceitar as condições que o mesmo lhe impunha, por consideral-as desvantajosas aos seus interesses (MENSAGEM, 1915. p. 52).

Joaquim da Costa Marques indignava-se com a prepotência da Empresa ervateira em arrogar o direito de recusa às condições contratuais que o Estado de Mato Grosso lhe impunha e, ao mesmo tempo, criticava a postura dos parlamentares oposicionistas à empresa Laranjeira Mendes & Cia, acusando-os de serem contrários ao Governador e aos interesses do Estado de Mato Grosso.

Evidenciava-se através dos manifestos de Costa Marques a explícita convivência do Governo mato-grossense com os interesses da Empresa. Entendemos que a força da Laranjeira Mendes & Cia residia, em parte, no poderio político e econômico exercido pela empresa na região sul do Estado. Contudo, dada a oposição liderada por Pedro Celestino, a Assembleia Legislativa de Mato Grosso aprovou em 24 de setembro de 1915, a Lei n. 725 que reduziu a área a ser arrendada para 400 léguas quadradas (1.440.000 hectares quadrados) e abriu possibilidades para concorrência pública na renovação do arrendamento, o que praticamente eliminava o monopólio da Empresa (Cf. TOMAZINHO, 1981, p. 33). A esse respeito Ferreira (2007) salienta que este ato do Governo de Mato Grosso, foi de fundamental importância para a quebra do monopólio da Laranjeira Mendes & Cia (Cf. FERREIRA, 2007, p. 32).

Em 1916 o general Caetano Manuel de Faria e Albuquerque, presidente do Estado (1915-1917), concedeu a preferência a posseiros para a aquisição de lotes de no

máximo 3600 hectares, dentro da área de arrendamento, desde que comprovassem morada anterior aquele ano no sul de Estado de Mato Grosso. O artigo 31º da lei previa, segundo Virgílio Correa Filho (1957):

A cada um dos ocupantes de terras de pastagens e de lavouras situadas dentro da área compreendida no contrato de arrendamento em vigor, será garantido dentro do prazo de dois anos, a contar de 27 de julho de 1916, a preferência para a aquisição de um área superior a dois lotes de três mil e seiscentos hectares cada um, ainda mesmo que dentro dessas terras existam pequenos ervais (CORREA FILHO, 1957, p. 67).

A decisão do Governo Estadual provocou o conflito entre o presidente do Estado e a Assembleia Legislativa, “constituída na sua totalidade por elementos do Partido Republicano Conservador,... favoráveis à Empresa Mate, o que deu causa à revolução” (ROSA, 2004, p. 23), terminando com a queda daquele partido.

Uma das ameaças consideradas significativas pela Laranjeira Mendes & Cia, era a investida de pequenos arrendatários no território que lhe pertencia por concessão do Estado, fato gerador de constantes conflitos entre os favoráveis aos posseiros e aos partidários do Monopólio da Laranjeira Mendes & CIA.

O conflito de tão grandes proporções ensejou a necessidade de intervenção do Governo Federal no sentido de para apaziguar os ânimos dos grupos antagônicos. Como consequência novas eleições foram convocadas no Estado, sendo eleito como presidente Francisco de Aquino Correa, Arcebispo de Cuiabá, “[...] apoiado pela corrente do Partido Republicano Mato-Grossense, chefiada pelo coronel Pedro Celestino” (ROSA, 2004, p. 24). Dom Aquino esteve à frente do Governo de Mato Grosso entre os anos de 1918 e 1922.

A atuação do novo chefe de Estado deliberou os primeiros títulos de terras localizadas na zona ervateira, “caindo a preliminar exigida, de acordo com os interesses da Empresa, de que as matas não podiam ser vendidas” (ROSA, 2004, p. 24). Na sequência dos acontecimentos, o contrato de arrendamento dos ervais foi renovado, contudo a área de atuação da companhia foi reduzida.

Segundo a pesquisadora Isabel Cristina Martins Guillen (1999), o advogado João Batista de Azevedo, defensor dos posseiros, um dos grandes opositores políticos

da Companhia Mate Laranjeira na cidade de Ponta Porã, foi assassinado por Heitor Mendes Gonçalves, no ano de 1923. Para Guillen (1999), “[...] não resta dúvida que o motivo foi político, já que [...] alguns meses antes, Batista de Azevedo tinha estado em Cuiabá, tratando de casos de posseiros, e conseguira a expedição de alguns títulos provisórios de diversos lotes de terra” (GUILLEN, 1999, p. 16)

Para Arnaldo Estevão de Figueiredo, que veio se tornar governador de Mato Grosso mais tarde, no período de 8 de abril de 1947 a 1 de julho de 1950, alguns personagens da política ponta-poranense, tais como Astúrio Monteiro de Lima, Valêncio de Brum e Modesto Dauzaker, mereceram destaques na luta contra o monopólio da Empresa Laranjeira Mendes & CIA.

À luz das orientações teóricas construídas por Thompson (2004) na obra *A Classe Operária Inglesa*, foi possível observar que gradativamente se desenvolveu uma relativa consciência social entre posseiros, pequenos arrendatários e setores políticos. Contudo nota-se, no caso do grupo liderado por Pedro Celestino, que havia apenas o interesse de quebra do monopólio da Laranjeira Mendes & Cia e não necessariamente a promoção dos pequenos posseiros. A concessão de lotes aos mesmos foi, por um lado, a forma que os alguns políticos encontraram no sentido de reaver parte dos ervais outrora pertencentes à Empresa, por outro lado, colher mais impostos no sul do Estado e, assim alcançarem o apoio dos setores populares.

Tomazinho (1981) ressalta que com a extinção do monopólio, a Companhia comprou do Estado os Ervais próximos do rio Amambaí, criando a administração na Fazenda Campanário, “[...] passando a dispensar tratos culturais aos ervais nativos, preparando-se assim para tempos futuros, quando a renovação do arrendamento, já diminuído, poderia não mais se concretizar” (TOMAZINHO, 1981, p. 33).

## **PAGANDO DÍVIDAS**

No ano de 1923 o Presidente do Estado de Mato Grosso, Pedro Celestino apontava as disparidades entre a receita do Estado e a da Mate Laranjeira, inferindo que os rendimentos da Companhia, apresentados ao Estado de Mato Grosso, e o pagamento

dos impostos foram superiores aos anos anteriores a partir da atuação do Corpo Fiscal das Fronteiras, comandado por Mario Gonçalves. Para Celestino havia uma visível diferença no aumento da exportação graças “[...] à ação desse aparelho fiscal, embora ainda falho de elementos que a experiência vae aconselhando corrigir” (MENSAGEM, 1923, p. 3).

Na Mensagem de 1927 à Assembleia Legislativa, Mario Correa da Costa já como de Presidente de Estado (1926-1930), proferia longo discurso sobre a “Questão da Mate”:

No sentido de melhor habilitar-me para a solução desta questão, que já me preocupava desde antes de assumir o governo, resolvi visitar pessoalmente a região hervateira para bem conhecer a sua capacidade productora e poder assim apreciar *de visu* o aparelhamento e os capitães invertidos na organização do trabalho da exportação do matte, feita pela Companhia Matte Laranjeira á Empresa arrendatária. O problema [...] era complexo e delicado [...]. Foi com consciência da minha grande responsabilidade que o estudei [...] a fim de defender não só os magnos interesses do Estado, como também os da região hervateira em particular, de modo a tirar, dessa industria, o maximo em beneficio das rendas do Thesouro, sem prejudical-a, sem acarretar-lhe a ruína que teria, como resultado immediato e fatal, um collapso no admirável progresso com que a passos gigantes marcha o município de Ponta Porã (MENSAGEM, 1927, p. 22).

A revogação das disposições aprovadas no ano de 1923 e 1924, sob os números 911 e 930, representava ao então Presidente de Estado um desrespeito aos “legítimos interesses do Estado”, pois as mesmas nem havia sido expiradas (MENSAGEM, 1927, p. 21). Também foi autorizado pela Assembleia Legislativa a ampliação do Poder Executivo Estadual para resolver o assunto ligado à mate, e também “renovar o contracto, da maneira que julgasse mais conveniente ao Estado” (MENSAGEM, 1927, p. 22).

O fato de a Empresa ter sonogado impostos durante vários anos ao Estado de Mato Grosso, e considerando que sua dívida havia crescido, entendemos que a referida Empresa adotou uma política de construção de benfeitorias na região de Ponta Porã, com o propósito de não precisar pagar os valores reais devidos aos cofres públicos.

O Estado por sua vez, para conseguir o que lhe era de direito, aceitava as construções de pontes, quartéis e escolas na região, como meio de reaver aos cofres públicos o dinheiro que não lhe seria devolvido a não ser por meio das referidas manobras políticas.

### **FESTEJOS E APLAUSOS**

A maneira encontrada pela Laranjeira Mendes & Cia de reaver os valores devidos aos cofres públicos, por um lado, servia de contentamento para a população de Ponta Porã, que alheia à situação política da Empresa junto ao Estado, se regozijava com as melhorias no município; por outro lado, apaziguava o ânimo daqueles políticos que a acusavam de explorar o Estado de Mato Grosso. Inferimos que o financiamento do Grupo Escolar Mendes Gonçalves, pela Empresa, se insere neste contexto. Contudo para a população de Ponta Porã, a Empresa foi vista como benfeitora, e promotora da educação na cidade.

Apesar das motivações que o Presidente de Estado de Mato Grosso apresentou na Mensagem de 1927, o quadro em relação ao pagamento de impostos não melhorou. A Mensagem de do ano de 1928 comentou as manobras da Empresa para burlar o pagamento do imposto devido ao Estado de Mato Grosso

Segundo o Governador, o pagamento de impostos remetido ao Estado era praticamente irrisório em relação ao que realmente era produzido nos ervais. As relações de poder que se estabeleciam entre a Laranjeira, Mendes e Companhia e o Estado eram desiguais, pois este não tinha amplos domínios na região de Ponta Porã e se tornou refém das justificativas apresentadas pela Empresa. Isso se explicado porque o Estado efetivamente não tinha o que fazer para neutralizar a atuação extrativista.

É relevante notar que não era o Estado de Mato Grosso que determinava as construções dos quartéis na região ou até escolas, mas a iniciativa privada que o fazia e o Estado apenas confirmava a criação das instituições. Pelo seu poder coercitivo, na região de Ponta Porã, a Empresa submetia os empregados, a sociedade ponta-poranense como um todo, e inclusive considerável parcela das lideranças estaduais que viam nela um poderoso aliado político contra os partidos adversários. Somente com a implantação

do território Federal de Ponta Porã em 1945 é que o domínio da Laranjeira Mendes & Cia foi dissolvido, conforme registra Rosa (2004):

Finalmente, criado o Território Federal de Ponta Porã, pelo governo do dr. Getúlio Vargas, em 1943, foram definitivamente liberadas aquelas terras, com a denegação de provisão ao contrato de arrendamento dos ervais, e feitas concessões aos posseiros, pelo governador, coronel Ramiro Noronha, o que foi continuado pelo dr. José Alves de Albuquerque, último governador, até a extinção do Território (ROSA, 2004, p. 24).

Para Queiroz (2009), importantes setores do Estado Novo viam na Empresa Mate Laranjeira um empecilho para o desenvolvimento da região de fronteira. Sendo assim, diversas providências foram tomadas visando o enfraquecimento da Empresa “como por exemplo a recusa em renovar suas concessões, a imposição de taxas sobre a erva cancheada, o apoio aos produtores independentes e a criação, nas áreas de atuação da Empresa, territórios federais e colônias agrícolas nacionais” (QUEIROZ, 2009, p. 15).

## **CRIANÇAS BRASILEIRAS EM ESCOLAS PARAGUAIAS**

Nos primeiros anos da República, o quadro educacional de Mato Grosso era caótico, caracterizado pela precariedade de professores, material e estrutura física escolar. Não era diferente com Ponta Porã, que distante dos grandes centros urbanos, vivia a mercê dos poderes constituídos que pouco se importavam com a instrução pública do povoado.

Em visita à cidade de Ponta Porã no ano de 1915 o Presidente do Estado (1911-1915), Joaquim Augusto da Costa Marques, atestou em seu relatório que as escolas públicas não funcionavam por falta de professores, “obrigando as crianças brasileiras a frequentar aulas no lado paraguaio, em língua castelhana.” (ROSA, 2004, p. 40).

Uma matéria publicada num periódico local – Jornal O Progresso –delineava as precárias condições educacionais da cidade de Ponta Porã nos idos de 1924: “Ponta Porã quer e precisa progredir. Tem esse direito. Mas não nos esqueçamos de que é pela educação e instrução de nossos filhos que a vida se pode modificar entre nós, dando-nos aquilo a que a terra tem direito”.

Em comunhão com as ponderações realizadas pelo o historiador José Honório Rodrigues na obra “Teoria da História”, publicada originalmente em 1949, entendemos a importância do uso do jornal como fonte de informação histórica, mas certamente que este material deve ser tomado com parcimônia, visto que ele traz perigosas armadilhas ao leitor. Nem sempre independentes ou exatas, a imprensa, conforme advertiu Jean Glenisson (1961), esconde, não raro, uma intenção, implícita ou explícita explicada ou por razões econômicas ou por vinculações políticas. Glenisson chama a atenção para a dificuldade descobrir as influências ocultas que se imprime num meio de imprensa, seja a dimensão da publicidade ou a pressão exercida pelos poderes constituídos ou pelas correlações de forças preexistentes num dado espaço.

No que se refere a Ponta Porã, conforme já observamos, havia uma visível “luta de braço” entre políticos, governo e a Laranjeira Mendes & Cia pela hegemonia do poder regional. No bojo dessa luta a imprensa local, indubitavelmente vinculada aos interesses de políticos opositores à “Mate” e o Governo, estampava em suas páginas os problemas educacionais do espaço ponta-poranense :

“Com analfabetos, enquanto os tivermos na pavorosa porcentagem por que os contamos e os vemos ir aumentando diariamente entre nós, [Ponta Porã] jamais se passará de uma pobre cidade perdida nos confins de uma vasta região inculta, alimentando pretensões insustentáveis, e injustificáveis perante a nossa cultura”. (Jornal O Progresso, 1924).

Centeno (2007, p. 234) comenta que nas primeiras décadas do século 20, a população de Ponta Porã se constituía de “fazendeiros, pequenos proprietários de terras e por uma maioria de trabalhadores que habitava os campos e trabalhava em atividades relacionadas à erva-mate e à pecuária”. Até mesmo as crianças, prossegue Centeno, “estavam ocupadas nesses tipos de atividades” (CENTENO, 2007, p. 234). À época, o interesse do Estado em Ponta Porã, se reduzia a captação de impostos obtidos com a venda da erva mate, com a salvaguarda da região de fronteira entre o Brasil e o Paraguai, e com a expansão da agricultura na região dado que as terras férteis eram propícias à plantação do trigo.

As matérias publicadas acerca da educação pelos jornais de Ponta Porã acusavam frequentemente os responsáveis públicos acerca das precárias condições da instrução pública. As pesquisas de Centeno evidencia esse aspecto: “Houve épocas, durante as décadas de 1910 até 1940, que a ínfima população escolarizada constituída por crianças brasileiras da fronteira, em boa parte era atendida pelas escolas dos municípios paraguaios da divisa. Para tanto, bastava à população atravessar a fronteira seca” (CENTENO, 2007, p. 15-16).

As evidências dão conta que de a defasagem ou sucateamento das instituições escolares de Ponta Porã levavam crianças brasileiras a frequentar aulas na cidade paraguaia de Pedro Juan Caballero, cidade Paraguai, graças à facilidade de acesso pela fronteira seca.

### **CONSTRUÇÃO PROJETADA; TERRENO INDISPONÍVEL.**

Em 13 de maio de 1923 o Jornal O Progresso noticiou a construção do prédio para o Grupo Escolar e atribuiu ao tenente Heitor Mendes Gonçalves a intercessão junto à diretoria da Empresa Mate Laranjeira a fim de que financiasse o edifício.

Já podemos publicar, com segurança, que, dentro em breve, estará traduzido em facto o grupo escolar desta cidade. Há pouco tempo demos noticia de que o Tenente Heitor Mendes Gonçalves havia meneifestado desejos de que a Empresa Mate oferecesse a cidade prédio para tal fim. O prestígio do digno moço conterrâneo junto aos directores da Empreza que tão superiormente administra, deixava comprehender que o seu desejo seria approved sem restrições. E a directoria sabedara da necessidade que tinha Ponta Poran, escolheu com toda satisfação o desejo do seu preposto aqui, o que para nós representa um admirável serviço pelo incremento que toda a nossa cidade esperava quentemente o nosso município (O PROGRESSO, 13 de maio de 1923).

O artigo de “O Progresso” louvava a iniciativa da Empresa e atribuía a ela o *status* de protetora das necessidades educacionais da cidade de Ponta Porã. Vale ressaltar que à época era Heitor Mendes Gonçalves o diretor local da Empresa Laranjeira Mendes & Cia. Embebido por sentimento de gratidão o redator do traduziu com exaltação a contribuição da Empresa: “... a Empreza, sendo magma para no caso illustre conterraneo a cujo trabalho rendemos sem favor o preito da nossa homenagem pelo gesto sympathico e eminentemente patriótico que teve concorrendo para que nos

fosse trazida tão grande contribuição ao nosso progresso”. (O PROGRESSO, 13 de maio de 1923).

Se de um lado, o Jornal noticiava a contribuição da Empresa Mate Laranjeira, de outro se observa uma procura por benfeitores que pudessem doar o terreno para a construção do Grupo ou por pessoas que os vendessem a preços baixos. Em matéria publicada em 24 de junho de 1923, pelo mesmo Jornal, observa-se um discurso contraditório empreendido pelo mesmo Jornal relacionado à falta de terreno para a construção do Grupo Escolar e para a edificação da Igreja Católica Matriz.

A demora em dar início às obras dos referidos edifícios era atribuída aos proprietários de lotes baldios e que se negavam a vendê-los por “preço justo”. O texto implicitamente denuncia a especulação imobiliária ou oportunismo dos proprietários que desejavam superfaturar a venda dos terrenos e lucrar com a construção do Grupo Escolar e da igreja, mas ao mesmo tempo, de forma velada, evidencia a indisposição da parte da população em contribuir com a Empresa Laranjeira, Mendes e Companhia.

Independente de esta ser a “benfeitora” do prédio para o Grupo Escolar, a população de forma silenciosa protestou, pois sendo ela o símbolo máximo do poder na região, evidentemente não necessitaria da parca doação de um terreno, conforme aquecidos questionamentos do periódico (O PROGRESSO, 1923).

Não podemos esquecer que o Jornal *O progresso* era vinculado aos interesses da Laranjeira Mendes & Cia pelo fato desta ser a maior potência econômica do lugar; sendo, portanto veículo de comunicação de maior oposição ao governo do Estado de Mato Grosso.

### **A INSTALAÇÃO DO GRUPO ESCOLAR MENDES GONÇALVES**

Em 30 de setembro de 1923, o Jornal *O Progresso* noticiou a doação do terreno por parte da Empresa Mate Laranjeira, na Travessa Barão de Melgaço e o início das obras do Grupo Escolar. É importante ressaltar que conforme o Ato n. 43, resolução n. 46 de 16 de outubro de 1915, documento que aprovou a planta da zona urbana da cidade de Ponta Porã, o terreno da referida Travessa, pertencia a Prefeitura. Sendo assim, as evidências dão conta que não foi a Empresa que o doou e sim o poder público local.

Contudo, a Mate Laranjeira foi que ganhou os créditos do ato: “Graças aos esforços do nosso distinto amigo Tte. Heitor Mendes, vem de ser adquirido por compra pela Empreza Mate Laranjeira, de que é operoso administrador, neste Estado, um terreno... para ser construído o predio que essa firma pretende offerecer ao Estado, afim de nelle ser installado o Grupo Escolar”. (O PROGRESSO, 1923).

De certo modo, um dos artífices do GEMG em Ponta Porã, foi a população que, por meio de constantes pressões, cobravam dos governantes a instalação de um GE na cidade. Entretanto, de forma concreta o principal responsável pela construção do Grupo Escolar foi o administrador da Laranjeira Mendes & Cia, Heitor Mendes Gonçalves, o qual encampou a instalação do edifício para abrigar o GE. Quanto ao início das obras, o mesmo artigo noticiou o nome do Engenheiro responsável pela planta, Dr. Napoleão Michel e do engenheiro responsável pela construção: “As obras já foram iniciadas, sob a direcção do engenheiro Frederico Behm a quem está confiada a execução da planta confeccionada pelo engenheiro Dr. Napoleao Michel. Em outra edição, daremos uma exposição do traçado a ser observado na importante obra.” (O PROGRESSO, 1923, n. 182). Nossas pesquisas revelaram que foi Paulo Wincler, gaúcho, que migrou para Ponta Porã, junto com a família em meados de 1900.

Em Mensagem Presidencial de 13 de maio de 1924 foi anunciada à Assembleia a decisão da Empresa Mate Laranjeira de construir o edifício Escolar: “Tendo a Empresa Mate Laranjeira offerecido ao Estado um edifício já em construcção para o funcionamento de um grupo escolar na cidade de Ponta Porã, eu vos pediria autorização para provê-lo do pessoal e material necessário”. (MENSAGEM PRESIDENCIAL DE 13 de maio de 1924).

No ano de 1924, arrefeceram-se os comentários do Jornal *O Progresso* às autoridades de Ponta Porã. Mas, passado quase um ano de anúncio formal da construção do Grupo Escolar, o folhetim de 18 de maio de 1924, desferia severas críticas aos governantes:

Ponta Porã nada tem em melhoramentos de ordem material, devido a iniciativa do Governo do Estado. Senão vejamos: a casa onde funcionam as escolas publicas estadoaes foi construida a expensas do povo, mediante contribuição directa (espécie de subscrição caridosa), esta mesma esta

muitíssimo aquém do preenchimento do fim a que é destinada: não tem luz, espaço, hygiene nem outros requisitos que a ponham a coberto de uma condenação em regra. [...] Pediu-se a criação d' um grupo escolar, exigiu [ o Estado] que fosse construído o prédio, e assim vai tudo, sem esperanças d' uma modificação qualquer (O PROGRESSO, 1924, n. 215).

O melhoramento de “ordem material” apenas chegou a Ponta Porã, com a construção das instalações do GEMG, contudo, à custa da Laranjeira Mendes & Cia. O Estado de Mato Grosso continuou isento de investimentos na região, deixando a população a mercê do domínio da Empresa.

Em artigo publicado em 7 de agosto de 1927 sob o título “Grupo Escolar - Os resultados obtidos”, o Jornal acusava o Governador do Estado de Mato Grosso Estêvão Alves Correia de, diante do término da construção do edifício para abrigar o Grupo Escolar, recusar-se a obra Laranjeira, Mendes & Cia, pelo fato de ser ela a doadora do edifício: “Construindo o Grupo, o governo não quis nomear professores, dizendo-se que assim procedia por ter sido uma doação da Empresa. [...] o presidente de então jogou uma cartada política que julgou excelente (sic). Excesso de patriotismo! Coube ao dr. Mario Correa prestar-nos o grande serviço que hoje bemdisemos” (O PROGRESSO, 1927, 285).

Os conflitos deflagrados entre Empresa e o Governo envolvendo o arrendamento da área de ervais delongava a inauguração. No entanto, o Estado de Mato Grosso foi apresentado como “vilão”, principal entrave para o progresso de Ponta Porã. O Governador era definido como homem de “Espírito pequenino” e “inteligência curtíssima”, enquanto Francisco Mendes Gonçalves foi definido como “benemérito cidadão” que abraçou uma “ideia altruísta.”

Após dois anos de existência do prédio para abrigar o Grupo Escolar, finalmente, em 06 de fevereiro de 1927, o Jornal *o Progresso* noticiou a nomeação do Diretor e de professores para o Grupo Escolar, entretanto não mencionou os nomes dos indicados para as funções. No dia 09 de fevereiro de 1927, o Jornal *Gazeta Oficial* publicou o Decreto n. 752, no qual o presidente do Estado de Mato Grosso (1926-1930), Mario Correa da Costa, criou o Grupo Escolar na cidade de Ponta Porã.

Em homenagem ao Comendador Francisco Mendes Gonçalves, Presidente da Empresa Mate Laranjeira (Figura 20), doadora do edifício, atribui o nome de *Mendes Gonçalves* ao referido estabelecimento educacional. Destacamos que referente ao GEMG, o personagem Francisco Mendes Gonçalves, não teve ação direta na consolidação da obra, considerando que a ação foi da Empresa Laranjeira, Mendes & Cia, tendo como protagonista o administrador Heitor Mendes Gonçalves.

Uma semana depois, em 13 de fevereiro, foi anunciado pelo Jornal *O Progresso* a criação do Grupo e o nome do Diretor, o cuiabano Achilles Verlangieri (Figura 21) professor do Liceu Cuiabano.



**Figura 1** -Grupo Escolar Mendes Gonçalves (1925).**Fonte:** Acervo do Grupo Escolar Mendes Gonçalves.

Em 7 de agosto de 1927, a imprensa publicava o reconhecimento de que o Estado de Mato Grosso, apesar do atraso educacional no qual estava mergulhado, figurava entre os Estados da Federação que estavam na vanguarda do ensino

republicano. Para Silva (2006), “[...] floresceu em Mato Grosso uma cultura escolar próxima dos demais estados do país, [...] consolidando-se no ensino público desse estado e na memória da população mato-grossense” (SILVA, 2006, p. 231).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por ser um dos instrumentos de consolidação da República, o Estado brasileiro levava à prática concreta a construção de edifícios escolares, instalações e o aparelhamento dos mesmos. No caso do GEMG, a particularidade da instituição residiu no fato da instituição ter sido erigida pela iniciativa privada, Empresa Mate Laranjeira, que, em tese, doou o terreno, construiu o edifício e aparelhou o Grupo Escolar, deixando ao Governo de Mato Grosso apenas as atividades administrativas, as quais, desde o início, foram marcadas pela precariedade de materiais escolares e pelo desinteresse por parte das autoridades estaduais.

As evidências dão conta que a instalação do GE em Ponta Porã trouxe a preocupação aos professores e autoridades locais quanto a consolidação do republicanismo na região de fronteira. A presença do Estado de Mato Grosso, por meio das constantes intervenções no domínio da Laranjeira Mendes & Cia e a instalação do GE consistiram em atitudes concretas para fazer da fronteira um território efetivamente brasileiro, visando eliminar as forças que se opunham a esse processo.

A instalação do GE, diferentemente do que se possa imaginar, não foi forçado pela Empresa, mas suportado por ela, isto é, a Laranjeira Mendes & Cia aceitou a intervenção do Estado, pois se fizesse oposição dificultaria as relações políticas, comprometendo a futura renovação dos contratos de arrendamento. Nessa perspectiva cabe afirmar que, a Laranjeira Mendes & Cia projetou e financiou o GE, os pedreiros, liderados por Paulo Wincler edificaram o prédio, conferindo-lhe existência material. Com a ocupação por alunos, professores e funcionários, nesse espaço foi construída ao longo do tempo uma cultura material do Grupo Escolar Mendes Gonçalves de Ponta Porã.

Não obstante a falta de materiais escolares, sua atuação foi significativa, pois trouxe para o “sertão” mato-grossense o ideário republicano, até então anulado pela Laranjeira Mendes & Cia.

Entretanto, a carência material da escola trouxe a tona o cotidiano dos segmentos mais subalternizados da região, a ganância de uma classe local que ocupou o espaço escolar público, como se fosse espaço escolar privado. É possível que as crianças pobres de Ponta Porã, continuaram a atravessar a fronteira em busca de escolas no Paraguai, em língua castelhana, pois, aqueles que realmente necessitavam de instrução, estavam nos ervais, dissolvidos num imenso espaço rural, inteiramente concentrados “[...] na produção da erva-mate e na criação de gado” (CENTENO, 2007, p. 15).

Um aspecto relevante que o estudo detectou e que aponta para futuras investigações é concernente aos diversos Grupos Escolares “Mendes Gonçalves” fundado pela Laranjeira Mendes & Cia, situados nos territórios de seu domínio durante

as primeiras décadas do século 20. As pesquisas apontam para a existência dos mesmos no Município de Ponta Porã, Fazenda Campanário, fundado em 1924, sul de Mato Grosso, e na cidade de Guaíra, Estado do Paraná, erigido por volta de 1912, conforme procuramos demonstrar ao longo deste trabalho.

### FONTES

- JORNAL O PROGRESSO. E o Grupo Escolar? 5 de agosto de 1923, n. 174.
- JORNAL O PROGRESSO. Prédio para o Grupo Escolar. Domingo, 30 de setembro de 1923, n.182.
- JORNAL O PROGRESSO. 10 de junho de 1923, n. 166.
- JORNAL O PROGRESSO. 17 de junho de 1923, n. 167.
- JORNAL O PROGRESSO. 25 de maio de 1924
- JORNAL O PROGRESSO. de 18 de maio de 1924.
- JORNAL O PROGRESSO. 08 de Agosto de 1925, n. 233.
- JORNAL O PROGRESSO. Grupo Escolar Mendes Gonçalves. Domingo, 29 maio de 1927 n. 275.
- JORNAL O PROGRESSO. O Grupo Escolar. Domingo, 13 de fevereiro de 1927, n. 260.
- DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DE MATO GROSSO. Demonstrativo dos Professores Primários. E. M. T. Nº 1 – 1910. APMT – Lata 1910.
- MENSAGEM. Presidente do Estado de Mato Grosso, Pedro Celestino, 1910.
- MENSAGEM. Presidente do estado de mato grosso Dr. Anibal Toledo, em 13 de maio de 1930.
- MENSAGEM de presidente do estado de mato grosso Mario Corrêa da Costa, em 13 de maio de 1929.
- MENSAGEM. Presidente do estado de mato grosso Pedro Celestino Corrêa Costa, em 13 de maio de 1922.
- DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DE MATO GROSSO. Cuiabá, 1 de setembro de 1915. APMT Livro IP 003-91 fl. 150.
- MENSAGEM de presidente do estado de mato grosso Mario Corrêa da Costa, em 13 de maio de 1929.
- MENSAGEM PRESIDENCIAL DE 13 de maio de 1924.
- REGULAMENTO, 1927, Art. 133.
- ATO PRESIDENCIAL n. 43, resolução n. 46 de 16 de outubro de 1915, documento que aprovou a planta d de agosto de 1923,

### REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENCOSTTA. Marcus Levy Albino. (Org.). *História da educação, arquitetura e espaço escolar*. São Paulo: Cortez, 2002.
- CAMARGO, Marilena A. Jorge Guedes de. *Coisas Velhas - Um percurso de investigação sobre cultura escolar (1928-1958)*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

- CENTENO, Carla Villamaina. *Educação e Fronteira com o Paraguai na Historiografia Mato-grossense (1870-1950)*. Campinas – SP: UNICAMP, 2007.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. *A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.1, p. 139-159, jan./abr. 2004.
- FERREIRA, João Carlos. *Mato Grosso e Seus Municípios*. Cuiabá: Buriti, 2004.
- CORREA FILHO, Virgílio. *Ervais do Brasil e Ervateiros*. (Documentario da vida Rural n. 12). Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura. Serviço de Informação Agrícola, 1957. (1957)]
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *À sombra dos herveas mattogrossenses*. São Paulo: Ed. Ltda, n.4, 1925.
- DANIEL, Omar. *Erva-Mate*. Sistema de Produção e Processamento Industrial. Dourados, MS: UFGD/UEMS, 2009.
- GLENISSON, Jean. *Iniciação aos Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.
- HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- JACOMELLI, Maria Regina. M. *A instrução pública primária em Mato Grosso na Primeira República 1891-1927*. UNICAMP, 1998.
- LEITE, Gervásio. *Um século de Instrução Pública*. (História do Ensino Primário em Mato Grosso). Goiás: Rio Bonito, 1970.
- NOSELLA, Paulo. BUFFA, Ester. *As Pesquisas sobre Instituições Escolares: Balanço Crítico*. UNICAMP, 2005.
- OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de. Reformas educacionais Mato-Grossenses e a institucionalização dos Grupos Escolares (1910-1930). *Albuquerque: Revista de História, Campo Grande, MS*, v. 1, n.1, p.105-129, jan/jun. 2009.
- PEREIRA, Armando de Arruda. *No sul de Mato Grosso*: conferência realizada em 21 de maio de 1928. [s.l:s.n.].
- QUEIROZ, Paulo R. Cimó [1997. Articulações econômicas e vias de comunicação do antigo sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX). In: LAMOSO, Lisandra Pereira (Org.). *Transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul*. Dourados, MS : Editora da UFGD, 2008, p. 15-76.
- RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil: Introdução Metodológica*. Vol.1. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.
- ROSA, Pedro Angelo. *Resenha histórica de Mato Grosso*: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul. Campo Grande – MS, 2004.
- SAVIANI, Dermeval (Orgs.). *Instituições Escolares no Brasil: conceitos e reconstrução histórica*. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR: Sorocaba, SP, Uniso, Ponta Grossa: UEPG, 2007.
- SEREJO, Hélio. *Homens de aço: a luta nos ervais de Mato Grosso*. São Paulo: Cupolo, 1946.
- SILVA, Elizabeth Poubel e. “O Florescer de uma Cultura Escolar no Ensino Público Mato-Grossense”. In: VIDAL, Diana Gonçalves (org.). *Grupos Escolares: cultura*

*escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *Luzes e Sombras: Modernidade e Educação Pública em Mato Grosso (1870-1889)*. Cuiabá: Ed. UFMT, 2000.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de Civilização: A implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. Editora UNESP, 1998.

TOMAZINHO, Paulo Alberto. *O Processo de ocupação do Sul de Mato Grosso e Noroeste do Paraná: a economia ervateira e a companhia Mate Larangeira S/A*. Umuarama, Paraná, 1981.

TORRECILHA, M. L. *A Fronteira, As Cidades e a Linha*. Campo Grande, UNIDERP, 2004.

THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981.

VIDAL, Diana G. Cultura e prática escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. IN: SOUZA, Rosa Fátima; VALDEMARIN, Vera T. (Orgs.) *A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa*. Campinas, SP: autores Associados, 2005.

VIDAL, Gonçalves Daiana. *Grupos Escolares. Cultura Escolar Primária e Escolarização da Infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006.